



SEÇÃO JUDICIÁRIA DE GOIÁS

TERMO DE REFERÊNCIA

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA – LICITAÇÃO

Processo administrativo nº 0000270-91.2023.4.01.8006

[Termo de Referência Pregão Engenharia](#)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços comuns de engenharia visando a substituição de 03 (três) elevadores instalados no Edifício Sede da Seção Judiciária de Goiás, em Goiânia contemplando a remoção completa dos equipamentos atuais da marca Atlas Villares, conforme as especificações e exigências prescritas no edital e seus anexos, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	CATSER	CÓDIGO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR TOTAL
1	O objeto contempla a remoção completa dos equipamentos atuais da marca Atlas Villares, o fornecimento e a instalação dos 03 (três) elevadores novos, conforme as especificações e exigências prescritas no edital e seus anexos.	16705	51.92.001.018	SV	1	R\$ 1.271.378,11

1.2. O serviço objeto desta contratação é caracterizados como comum de engenharia, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de **24 meses** contados da assinatura do contrato, na forma do [artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

1.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.5. A proposta deverá conter todas as informações do responsável pela assinatura do futuro contrato, telefone para contato bem como, procuração ou documento hábil que lhe confere poderes para tanto, se couber;

1.6. O futuro contrato será assinado na forma eletrônica e a pessoa física que irá assinar o contrato terá o prazo de **até 5 (cinco) dias, contados da data da adjudicação do Pregão Eletrônico**, para providenciar o cadastro, conforme orientações abaixo:

- acessar o link [SEI Acesso para Usuários Externos](#), clicar "[Clique aqui para se Cadastrar](#)" seguir as orientações e enviar os documentos;
- em seguida, o usuário receberá um e-mail (endereço informado no cadastro) automático do sistema com informações para ativação do referido cadastro. Para tanto, será necessário enviar a documentação **completa** requerida e na forma solicitada;
- o acesso será liberado no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sendo de extrema importância o envio de toda a documentação, caso contrário, ao tentar acessar o sistema, aparecerá mensagem de "Cadastro do usuário pendente";
- uma vez ativado o acesso ao sistema, o signatário poderá assinar todos os documentos disponibilizados pela Administração, que enviará e-mail informando a liberação para assinatura;
- as dúvidas poderão ser dirimidas pelo e-mail secon.go@trf1.jus.br

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano Anual de Contratações – PAC do ano de 2024.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01 de 19 de janeiro 2010 e no [Guia Nacional de Contratações Sustentáveis - AGU/5ª Edição/Agosto/2022](#) :

- Considerar equipamentos e produtos de tecnologia que não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva *RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances)*, tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr (VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs);
- Respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;
- Especificar, nos projetos e demais partes, materiais e equipamentos que visam garantir a economia da manutenção, a operacionalização da edificação, a redução do consumo de energia, bem como a utilização de tecnologias e materiais que reduzem o impacto ambiental.

- As peças e itens aplicados durante todo o contrato devem ser preferencialmente acondicionados em embalagens coletivas, com o menor volume possível, utilizando materiais reciclados ou reutilizados sem perder a garantia de um correto e seguro transporte, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;
- Devem ser verificadas também as seguintes práticas de sustentabilidade:
 - A contratada deverá obedecer às normas técnicas, de saúde, de higiene e de segurança do trabalho editadas pelo Ministério do Trabalho;
 - A futura contratada deve promover, sempre que possível, curso de educação, formação, aconselhamento, prevenção e controle de risco aos trabalhadores, bem como sobre práticas socioambientais para economia de energia, de água e redução de geração de resíduos sólidos no ambiente onde se prestará o serviço;
 - Não será contratada empresa inscrita no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo instituído pelo Ministério do Trabalho e Emprego, conforme Portaria nº 540, de 15 de outubro de 2004.
 - No que couber a futura contratada deverá observar as disposições da NBR ISO 14064:2007, partes 1, 2 e 3, NBR ISO 14066:2012 e NBR15833:2010;
 - Todos os eventuais agentes para limpeza que sejam empregados deverão ser notificados ou registrados na ANVISA, conforme determina a legislação vigente;
 - A utilização dos equipamentos de limpeza que gerem ruídos em seu funcionamento deve atender necessariamente a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994;
 - Plano de descarte ou reciclagem de demais restos de materiais oriundos de manutenções preventivas e corretivas, em observância ao decreto nº 5.940/2006 e a da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995, Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999, Resolução CONAMA nº 307, de 05 de Julho de 2002, no que couber.
 - A contratada deverá, ainda, atender aos dispositivos: Decreto Federal nº 7.746/2012, Instrução Normativa-IN nº 01/2010, do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão-MPOG, Resolução do Conselho Nacional de Justiça-CNJ nº 400/2021, a Resolução Presi 10/2021 - que dispõe sobre o Plano de Logística Sustentável da Justiça Federal da 1ª Região, o Manual de Sustentabilidade nas Compras e Contratos do Conselho da Justiça Federal-CJF e o supracitado Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da AGU.

Subcontratação

4.2. É admitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:

4.2.1. Poderá ser admitido a subcontratação dos seguintes serviços:

- Serviços de adequação civil e serviços complementares, que corresponde a 1,29% do valor total do objeto;

4.2.2. A subcontratação depende de autorização prévia do CONTRATANTE, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução da parte do objeto a ser subcontratado, mediante comprovação de aptidão técnica por meio de atestados técnicos, emitidos em nome da subcontratada, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que sejam pertinentes e compatíveis, com a parte do objeto a ser subcontratado (Acórdão nº 1.229/2008 – Plenário do TCU). A avaliação de qualificação técnica se dará de acordo com o caso concreto, em havendo a subcontratação durante a execução contratual;

4.2.3. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação;

4.2.4. Qualquer subcontratação deverá estar acompanhada dos respectivos documentos de obrigações trabalhistas não deixando de exigir quaisquer documentos trabalhistas inerentes à execução dos serviços tais como: licenças, NR35, etc. da empresa CONTRATADA para execução do objeto este projeto.

4.3. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto da contratação, a qual consiste no fornecimento dos elevadores

4.3.1. A subcontratação fica limitada a 20% do valor global.

4.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação, caso admitida.

Garantia da contratação

4.5. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os [arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#), no percentual de 5% do valor contratual, conforme regras previstas no contrato.

4.6. A garantia nas modalidades caução e fiança bancária deverá ser prestada em até **10 dias** após a assinatura do contrato.

4.7. No caso de seguro-garantia sua apresentação deverá ocorrer, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.8. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

4.9. Caso a proposta vencedora for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, será exigida **garantia adicional prevista no artigo 59, § 5º da Lei n. 14.133/2021**, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis na mesma legislação, conforme exemplo abaixo:

Valor orçado pela Administração R\$ 1.271.378,11

Valor da proposta vencedora R\$ 1.042.530,05

85% do valor orçado pela Administração R\$ 1.080.671,39

Diferença entre 85% e proposta vencedora R\$ 1.080.671,39 - 1.042.530,05 = R\$ 38.141,34 será o valor da garantia.

Vistoria

4.10. A avaliação prévia do local de execução do serviço é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda a sexta-feira, das 12 horas às 18 horas.

4.11. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.11.1. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.11.1.1. O pré-agendamento da vistoria deverá ser realizado pelo telefone (62) 3226-1648 ou e-mail seeng.go@trf1.jus.br, Setor de Engenharia (Seeng), responsáveis - Janaína ou Lourival.

4.11.1.2. As vistorias pré-agendadas serão realizadas em dia e horário definidos pela Seeng, compreendendo os dias de segunda a sexta-feira, no horário de 12 hs às 18 hs;

4.11.2. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.11.3. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação do serviço, devendo a empresa assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

Condições da execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. O início da execução dos serviços serão contados do 1º (primeiro) dia útil após a data de início prevista na Ordem de Serviço, conforme estabelecido em reunião inicial a ser agendada após 5 (cinco) dias úteis da assinatura do contrato.

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

Serviços de Remoção dos Elevadores Existentes e Instalação dos Elevadores Novos

a) A CONTRATADA deverá realizar a desmontagem e remoção de todas as peças/componentes dos elevadores existentes (denominados "C", "D" e "E"), tais como: quadros de comando, polias, cabos, motores, guias, painéis de cabina e demais elementos necessários para adequação das instalações.

b) Todos os custos com armazenagem, entulho, transporte e remanejamento da sucata ficarão a cargo da CONTRATADA, cujo prazo para desfazimento do material retirado será de 10 (dez) dias corridos a contar do término do serviço de desmontagem.

c) A CONTRATADA deverá executar os serviços de acordo com os Desenhos Técnicos, Memorial Descritivo, Planilhas Orçamentárias e Cronograma Físico-Financeiro constantes no Projeto Executivo. .

d) Os serviços de instalação deverão ser executados somente após a aprovação, por parte da FISCALIZAÇÃO, das especificações dos equipamentos a serem fornecidos.

e) Quaisquer falhas no projeto que se verifiquem durante ou após a sua execução serão de responsabilidade da CONTRATADA, que deverá arcar com os custos para reparar as incorreções.

f) A execução das obras civis necessárias à instalação dos equipamentos constitui responsabilidade exclusiva da CONTRATADA. Assim, deve fornecer, inclusive durante a instalação, a mão de obra e material adequados a todos os serviços dentro dos prazos de execução dos serviços, sendo que os novos elevadores deverão ser instalados considerando as limitações do edifício.

g) A CONTRATADA deverá emitir Anotações de Responsabilidade Técnica sobre o serviço;

h) Todos os serviços executados pela CONTRATADA deverão estar em total conformidade com as normas da ABNT, do CREA-GO e de demais órgãos de fiscalização competentes, incluindo consonância com aspectos legais, técnicos, econômicos e ambientais;

i) A CONTRATADA deverá reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pela FISCALIZAÇÃO, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

j) A CONTRATADA deve responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a CONTRATANTE autorizada a descontar dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos;

k) A CONTRATADA deverá utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e legislações em vigor;

l) A CONTRATADA deverá comunicar à FISCALIZAÇÃO, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;

m) A CONTRATADA deverá paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

n) A CONTRATADA deverá submeter previamente, por escrito, à CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações deste Termo de Referência;

o) A CONTRATADA deve apresentar à CONTRATANTE, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço;

p) A CONTRATADA deve elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à FISCALIZAÇÃO e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.

q) O recebimento da Ordem de Serviço implica a concordância com a adequação de todos os projetos anexos ao Termo de Referência.

5.1.3. Horário de prestação dos serviços: Todos os serviços deverão ser executados durante o horário comercial, ou seja, das 08h00min às 18h00min, de segunda a sexta-feira. Eventuais atividades fora do horário comercial deverão ser requisitadas com 2 (dois) dias úteis de antecedência junto à CONTRATANTE.

5.2. Local da prestação de serviço: Rua 19, nº 244, Centro, Goiânia/GO.

Materiais a serem disponibilizados

5.3. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

5.3.1. 03 (três) novos elevadores, incluindo o fornecimento de todos os materiais necessários e a execução de todos os serviços complementares, tais como adequações na parte civil, em instalações elétricas, substituição dos quadros de comando, pintura, entre outras que se fizerem necessárias.;

5.3.1.1. Todos os materiais e peças a serem empregados nos serviços deverão ser novos, comprovadamente de primeira qualidade, e estar de acordo com as especificações.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.4. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.4.1. A CONTRATADA deverá realizar a desmontagem e remoção de todos os equipamentos, materiais e componentes dos 3 (três) elevadores existentes, sendo que não será permitido o reaproveitamento de quaisquer partes destes elevadores antigos.

5.4.2. Todos os custos com armazenagem, entulho, transporte e remanejamento da sucata ficarão a cargo da CONTRATADA, cujo prazo para desfazimento do material retirado será de **10 (dez) dias corridos** a contar do término do serviço de desmontagem.

5.4.2.1. Todo entulho, resto de materiais e lixo produzido pela execução do serviço é de responsabilidade da CONTRATADA, sendo que o descarte deverá obedecer às normas do Governo do Estado de Goiás e do IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

5.4.3. Quaisquer falhas no projeto que se verifiquem durante ou após a sua execução serão de responsabilidade da CONTRATADA, que deverá arcar com os custos para reparar as incorreções.

5.4.4. A execução das obras civis necessárias à instalação dos equipamentos constitui responsabilidade exclusiva da CONTRATADA. Assim, deve fornecer, inclusive durante a instalação, a mão de obra e material adequados a todos os serviços de obras civis, dentro dos prazos de execução dos serviços, sendo que os novos elevadores deverão ser instalados considerando as características arquitetônicas do edifício.

5.4.5. O prazo para execução dos serviços de remoção dos 3 (três) elevadores antigos, fornecimento e instalação dos novos será de, no máximo, 18 (dezoito) meses, a contar do início previsto na Ordem de Serviço e deverá obedecer ao cronograma físico-financeiro aprovado.

5.4.6. A CONTRATADA deverá promover treinamento básico de operação e manutenção básica (limpeza e conservação) das cabinas, sistemas de segurança (alarmes e chaves de emergência) e software de gerenciamento, para servidores e/ou prestadores de serviços, a critério da CONTRATANTE. O treinamento será realizado nas dependências da CONTRATANTE, tão logo o sistema entre em operação, sem qualquer ônus adicional para a CONTRATANTE.

Especificação da garantia do serviço

5.5. O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal, será de, no mínimo **12 (doze) meses**, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto, após o recebimento de todo o sistema operacional. A garantia de 12 meses dos serviços contratados se deve ao fato de a garantia legal (90 dias) se mostrar ínfima em relação à natureza da contratação visando, dessa forma, assegurar as condições normais do funcionamento dos equipamentos.

5.5.1. A garantia mínima exigida deverá prevalecer sobre as condições estabelecidas pelas fabricantes do material ou que venham a reduzir a prevalência da supremacia do interesse público sobre o particular, devendo a fornecedora responsabilizar-se integralmente pelos produtos ofertados.

5.6. Obrigações da empresa contratada durante o prazo de garantia (ASSISTÊNCIA TÉCNICA):

5.6.1. Durante o prazo de garantia (ASSISTÊNCIA TÉCNICA), 12 (doze) MESES, a empresa contratada é obrigada a fazer, imediatamente e às suas custas, as substituições de materiais ou equipamentos e a executar todos os trabalhos de reparação que sejam indispensáveis para assegurar a perfeição e o uso normal dos serviços nas condições previstas, sem ônus para a Seção Judiciária de Goiás;

5.6.2. Os períodos de garantia serão sempre suspensos, a partir da constatação de defeito pela Seção Judiciária de Goiás até a efetiva correção do mesmo pela CONTRATADA. Na hipótese de substituições de peças, componentes e equipamentos, um novo período de garantia será iniciado somente par ao item substituído ou equipamento novo;

5.6.3. A garantia prestada deverá cobrir quaisquer defeitos provenientes de erros ou omissões da CONTRATADA, em especial, decorrentes de erro de concepção de projeto, de matéria prima, de fabricação, de montagem e de coordenação técnica e administrativa. Esta garantia deve excluir, todavia, danos ou defeitos resultantes de desgaste natural, do uso normal dos equipamentos, de carga excessiva e de outras razões fora do controle da CONTRATADA e dos limites do equipamento.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.7. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

Rotinas de fiscalização Contratual

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI](#));

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

6.7.2. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#));

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#));

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

6.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

Gestor do Contrato

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV](#)).

- 6.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II](#)).
- 6.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III](#)).
- 6.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII](#)).
- 6.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X](#)).
- 6.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI](#)).
- 6.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará disposto neste item.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1. não produzir os resultados acordados,

7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.2.1. Instalação de todos os componentes dos elevadores conforme Projeto de Execução da instaladora, atendendo a todas as dimensões e detalhes, dentro da boa técnica;

7.2.2. Condição de limpeza da caixa de corrida e de todos os componentes dos elevadores, assim como lubrificação adequada dos componentes que requerem esta ação no campo;

7.2.3. Equipamento comissionado e entregue plenamente operacional, com atendimento das condições de segurança (circuitos de portas, limites finais, atuação do limitador de velocidade e blocos de segurança), capacidade de carga (125% da nominal), funcionalidades (DAFFE, indicadores de posição e sentido, gongos, digital voice, alarme, intercomunicador e sistema de gerenciamento); parâmetros de performance (exatidão de parada e de nivelamento, aceleração e desaceleração, tempos de porta, sistema duplex).

Do recebimento

7.3. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

7.3.1. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

7.3.2. O contratado também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

7.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, mediante termo detalhado e apresentação de ART, no prazo de **10 (dez) dias**, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. ([Art. 140, I, a., da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.4.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.4.2. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. ([Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.4.3. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. ([Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#))

7.4.4. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.4.5 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.4.6. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.4.7. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.4.8. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. ([Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021](#))

7.4.9. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.4.10. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.5. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.6. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **15 (quinze) dias**, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.6.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais

penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento ([art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.6.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.6.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

7.6.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, e

7.6.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.7. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.8. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.9. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de **dez dias úteis** para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos [do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.10.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do [art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#)

7.11. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.12. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.13. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133/2021](#).

7.14. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.15. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.16. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.17. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.18. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.19. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

7.19.1. Os pagamentos serão correspondentes às fases do Cronograma Físico-Financeiro de acordo com o modelo apresentado no Anexo IV deste, sendo cada fase representativa de 1 (um) mês, conforme medição realizada, que será feita dentro dos limites do desembolso apontado no referido Cronograma aprovado.

7.19.2. O pagamento da última parcela de execução prevista no Cronograma Físico-Financeiro ficará condicionado ao término da instalação dos equipamentos e sua respectiva aceitação por parte da CONTRATANTE, através do Termo de Recebimento Definitivo.

7.20. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

7.21. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.22. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.23. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.23.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.24. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

7.25. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020](#), conforme as regras deste presente tópico.

7.25.1. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.26. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.27. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.28. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.29. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato será a empreitada por preço global.

Critério de aceitabilidade de preço

8.3. Ressalvado o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário, o critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação.

8.3.1. O licitante que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade ([art. 59, §3º, da Lei nº 14.133/2021](#));

Exigências de habilitação

8.4. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no site <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

8.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

8.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.18. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na [Lei Complementar n. 123, de 2006](#), estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.21. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;

8.22. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

8.23. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

8.23.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um).

8.24. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º](#)).

8.25. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.26. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.27. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação

8.28. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

Qualificação Técnica

8.29. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

8.29.1. *A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.*

8.30. Registro ou inscrição da empresa junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, comprovando exercer atividade semelhante ao objeto. Caso a licitante tenha sede em outro Estado, deverá possuir visto do Conselho de Classe local quando da assinatura do contrato;

8.31. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

8.32. Apresentação do profissional abaixo indicado, devidamente registrado no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, também abaixo indicado(s):

8.32.1. Para o Engenheiro Mecânico: serviços de instalação/substituição de elevador.

8.33. O profissional indicado na forma supra deverá participar da obra ou serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

8.34. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.35. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.35.1. Atestado de Capacidade Técnico-Profissional fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico - CAT, com dados e informações suficientes para comprovar que o(s) profissional(is) de nível superior devidamente registrado(s) no CREA, o(s) qual(is) será(ão) o(s) responsável(is) técnico(s) pelos serviços, tenha(m) executado a substituição e instalação de elevadores integrados duplex, com velocidade de operação igual ou superior a 1,5m/s;

8.35.2. Atestado de Capacidade Técnico-Operacional fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, com dados e informações suficientes para comprovar que a empresa executou a instalação de pelo menos 01 (um) elevador elétrico de passageiros com pelo menos 12 (doze) paradas, em edificação comercial ou pública;

8.36. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.36.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.36.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.37. O responsável técnico apresentado pela CONTRATADA deverá ter vínculo profissional com a empresa;

- Para fins deste Termo, o vínculo do profissional pode ser demonstrado da seguinte maneira:
 - o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social;
 - o administrador ou o diretor;
 - o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social;
 - o profissional com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura.

8.38. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.38.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.38.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.38.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.38.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

8.38.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

8.38.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e

8.38.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9 ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 1.271.378,11 (um milhão, duzentos e setenta e um mil trezentos e setenta e oito reais e onze centavos)**, conforme custos apostos na *tabela no item 1*.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação: *A despesa decorrente da presente contratação correrá à conta do orçamento da União, através do Programa de Trabalho 021220033219Z6012 - Conservação e Recuperação de Ativos da Justiça Federal da 1ª Região, Plano Orçamentário 0011 - Reforma do Complexo de Imóveis da Justiça Federal de Goiás, Natureza da Despesa 4.4.90.51 (Obras e Instalações).*

11. INFORMAÇÕES

11.1 As dúvidas acerca da descrição dos serviços poderão ser dirimidas pelo e-mail seeng.go@trfl.jus.br

11.2 As dúvidas acerca da licitação poderão ser dirimidas pelo e-mail selit.go@trfl.jus.br

12. DO ACESSO A INFORMAÇÃO

12.1. Este Termo de Referência, classifica-se como documento de interesse público, podendo ser acessado seu inteiro teor nos sites www.jfgo.jus.br e www.comprasnet.gov.br por todos os interessados nos termos da Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011.

Este Termo de Referência classifica-se como documento de interesse público, podendo ser acessado seu inteiro teor nos sites www.jfgo.jus.br em www.comprasnet.gov.br por todos os interessados nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

ANEXOS

ANEXO I - Estudo Técnico Preliminar

ANEXO II - Projeto Executivo

ANEXO III - Planilha Orçamentária Desonerada

ANEXO IV - Planilha Orçamentária Não Desonerada

ANEXO V - Cronograma Físico Financeiro

ANEXO VI - Termo de Justificativas Técnicas Relevantes

ANEXO VII - Caderno de Preços Desonerado

ANEXO VIII - Caderno de Preços não Desonerado

ANEXO IX - ART

Nome e assinatura dos responsáveis pela elaboração e pela revisão, supervisão e controle de qualidade da minuta de Termo de Referência

Responsável pela elaboração: Nágella Mendes de Queiróz

Responsável pela revisão, supervisão e controle de qualidade: Soraya Maria Leal Yoshioka

ANEXO I - Estudo Técnico Preliminar

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP COMPLETO - 20402321

(para contratação de bens permanentes e de consumo, serviços em geral, obras e serviços de engenharia por licitação)

Guia de suporte ao preenchimento do ETP: 17056610

ID (PAC):

A. Descrição sucinta do objeto

Contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços comuns de engenharia visando o fornecimento de 03 (três) elevadores, incluindo os serviços e os insumos necessários para a remoção completa dos equipamentos da marca Atlas Villares atualmente instalados no Edifício Sede da Seção Judiciária de Goiânia e a instalação dos elevadores, conforme as especificações e exigências prescritas no edital e seus anexos.

O objeto contempla a remoção completa dos equipamentos atuais, o fornecimento e a instalação dos 03 (três) elevadores novos.

B. Justificativa expressa para a contratação

A contratação é necessária para/porque *(expor a finalidade e os motivos da necessidade da contratação)*

A presente contratação encontra-se alinhada às diretrizes e metas institucionais no sentido de manter as edificações da SJGO em bom estado de conservação e seus sistemas prediais em perfeito funcionamento com o menor custo possível.

Atende também ao Programa de Manutenção de Bens Imóveis e condições de funcionamento das instituições, como forma de assegurar o direcionamento dos gastos para atendimento das necessidades prioritárias e essenciais.

Ainda, a necessidade de substituição dos elevadores do Edifício Sede está em consonância com o [\(Plano Estratégico da Justiça Federal - 2021/2025\)](#) associando-se aos macro desafios "Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária" e "Aperfeiçoamento da gestão orçamentária e financeira".

A não contratação implicará *(expor as consequências advindas da não contratação)*

A não contratação implicará na continuidade de falhas recorrentes, com tempos de indisponibilidade cada vez maiores devido à falta de peças e componentes no mercado, além da falta de mão de obra específica para manutenção destes elevadores. Os técnicos especializados neste tipo de equipamento aposentando e os novos técnicos não possuem conhecimento suficiente para corrigir os componentes elétricos e mecânicos que são bem antigos e não são utilizados há mais de 30 (trinta) anos em outros elevadores. Atualmente são fabricados somente elevadores com componentes de comando e controle eletrônicos. Os elevadores instalados no Edifício Sede apresentam elevado consumo de energia elétrica (quando comparado com os equipamentos modernos), suas viagens são mais demoradas e inseguras e não atendem aos critérios de acessibilidade.

Ademais, há riscos com potencial de danos aos usuários e ao patrimônio, caracterizando a necessidade da substituição para garantir a integridade dos usuários e ainda manter as condições operacionais de forma ininterrupta.

C. Alinhamento da demanda com diretrizes e metas institucionais

A presente contratação encontra-se alinhada às diretrizes e metas institucionais no sentido de manter as edificações da SJGO em bom estado de conservação e seus sistemas prediais em perfeito funcionamento com o menor custo possível. Atende também ao Programa de Manutenção de Bens Imóveis e condições de funcionamento das instituições, como forma de assegurar o direcionamento dos gastos para atendimento das necessidades prioritárias e essenciais.

Ainda, a necessidade de substituição dos elevadores do Edifício Sede está em consonância com o [\(Plano Estratégico da Justiça Federal - 2021/2025\)](#) associando-se aos macro desafios "Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária" e "Aperfeiçoamento da gestão orçamentária e financeira" como ao objetivo de "impulsionar a implantação e a gestão das Políticas de Sustentabilidade e Acessibilidade", conforme disposto no art. 3º, inciso XIV da Portaria nº 104, de 30/06/2020.

A demanda estava prevista para o ano de 2023, Plano 14596179. Entretanto, devido à necessidade de adequações técnicas na forma de contrapontadas no **Relatório Final da Vistoria Técnica** realizada nas obras desta Seção Judiciária, encaminhado no Ofício N. 0533394/CJF (19596887), teve que ser transferido para o ano de 2024.

D. Proposta de solução			
D.1. Alternativas de solução disponíveis no mercado			
Solução n°	Descrição das alternativas de solução disponíveis no mercado	Fontes de consulta (órgãos públicos que adotaram a solução, fornecedores etc.)	Link das cons (doc. SEI)

Não se aplica à ação em tela.

Durante a etapa de elaboração do projeto (17299681, 20138285), verificou-se que a substituição integral dos 3 (três) elevadores atuais é a solução mais viável, do ponto de vista técnico e que melhor atende às necessidades desta Seccional.

D.2. Estimativa de preços das alternativas de solução

O Decreto n. 7.983/2013, que estabelece regras e critérios a serem seguidos por órgãos e entidades da Administração Pública Federal para a elaboração de engenharia, disciplina que o custo global de referência para estes serviços deverá ser elaborado com base no SINAPI - Sistema Nacional de Pesquisa de Custos pela Caixa Econômica Federal – CEF, excetuados os itens caracterizados como montagem industrial ou que não possam ser considerados como de construção civil apuração por meio de pesquisa de mercado, conforme consignado em seu artigo 6º:

“Art. 6º Em caso de inviabilidade da definição dos custos conforme o disposto nos arts. 3º, 4º e 5º, a estimativa de custo global poderá ser apurada por meio de referência formalmente aprovada por órgãos ou entidades da administração pública federal em publicações técnicas especializadas, em sistema específico instituído pelo órgão.”

Para os serviços considerados como de construção civil, foram elaboradas as planilhas de formação de preços com base no SINAPI e GOINFRA, conforme o Decreto 7.983/2013.

Já no caso do fornecimento e instalação dos elevadores novos, os preços foram obtidos através de pesquisa de mercado. A opção pela pesquisa de preços, estabelecida nos artigos 3º, 4º e 5º do Decreto 7.983/2013, foi necessária em razão da indisponibilidade dos componentes, materiais e serviços na base de dados devida à especificidade do tipo de instalação. Ademais, é importante destacar que não é possível estimar preços utilizando outras compras públicas como parâmetro executado para a substituição dos elevadores do edifício Sede da JFGO segue projeto específico e de acordo com as particularidades do referido edifício, cujas características podendo ser comparadas às de outros edifícios.

Assim, de acordo com o disposto no § 1º, inciso VI, art. 23 da Lei 14.133/2021, foi realizada a pesquisa de mercado, formalizada através das mensagens orçamentárias, conforme indicado na Tabela 1 a seguir:

Tabela 1 - Resumo da Pesquisa de Mercado.

PESQUISA DE MERCADO						
ITEM	FORNECEDOR	DATA DA SOLICITAÇÃO	E-MAIL	APRESENTOU PROPOSTA?	VALOR TOTAL DA PROPOSTA	DOC. SEI
1	Atlas Schindler	07/02/2024	rodrigo.pereira1@schindler.com	Não	–	
2	Advance Elevadores	08/02/2024	vendas@advanceelevadoresgoias.com.br	Não	–	
3	Tassi Elevadores	08/02/2024	tassibergman@hotmail.com	Não	–	
4	TK Elevator	09/02/2024	flavia.correa@tkelevator.com	Sim	R\$ 1.255.000,00	20119106
5	One Elevadores DF Ltda	20/02/2024	fnunes@oneelevadores.com.br	Sim	R\$ 3.288.822,80	
8	Embralev	31/01/2024	admgo@embralev.com.br	Sim	R\$ 1.576.160,00	

Como método para obtenção do preço estimado, visando cumprir o disposto nos artigos 5º e 6º da IN nº 73/2020 e por se tratar de equipamentos fabricados por empresas (Acórdão nº 7.290/2013 - 2ª Câmara), o valor estimado para a contratação foi definido como sendo o **menor dos valores** obtidos na pesquisa de preços abaixo:

Tabela 2 - Análise dos Valores da Pesquisa de Mercado.

ANÁLISE									
ITEM	CATSER	CNAE	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	FORNECEDOR	E-mail	FONTE DE PESQUISA	VALOR TOTAL
								INFORMAR SE: PAINEL DE PREÇOS, CONSULTA A OUTROS ENTES PÚBLICOS, MÍDIA ESPECIALIZADA OU FORNECEDORES	
1	16705	4329-1/03	Execução de serviços comuns de engenharia destinados à substituição de 03 (três) elevadores de passageiros.	SRV	1	TK Elevator	flavia.correa@tkelevator.com	Pesquisa com Fornecedor	R\$ 1.255.000,00

							Data da proposta:04/03/2024	
					Embralev	admgo@embralev.com.br	Pesquisa com Fornecedor Data da Proposta: 06/03/2024	R\$ 1.576.160,00
					One Elevadores	fnunes@oneelevadores.com.br	Pesquisa com Fornecedor Data da Proposta: 20/02/2024	R\$ 3.288.822,8

Analisando as 03 (três) propostas comerciais obtidas, verifica-se que a de **menor valor** foi apresentada pela empresa **TK Elevator**. A metodologia de Engenharia, vai ao encontro do entendimento previsto no Manual de Orientação de Pesquisa de Preços – 2021 do STJ, além de estar de acordo com as orientações cc - Plenário (adoção do menor preço).

Ademais, foram elaboradas as planilhas de preços Desonerada e Não Desonerada, sendo que foi adotada a Planilha de Formação de Preços Não Desonerada para apresentar o menor valor e maior vantajosidade para a Administração, consequentemente.

Desta forma, o valor estimado para a contratação pretendida será o somatório dos valores indicados abaixo:

- Proposta de mercado de menor valor;
 - Referência: Cotação de Mercado;
 - Empresa: TK Elevator - Proposta 20119312;
 - Valor: R\$ 1.255.000,00 (um milhão, duzentos e cinquenta e cinco mil reais).
- Valor obtido através das composições da parte considerada como de construção civil.
 - Referências: SINAPI - Não desonerado e GOINFRA - Não desonerado;
 - Valor: R\$ 16.378,11 (dezesesseis mil, trezentos e setenta e oito reais e onze centavos).

Diante do exposto, o valor estimado para a contratação é **R\$ 1.271.378,11 (um milhão, duzentos e setenta e um mil, trezentos e setenta e um reais e onze centavos)**, detalhado na Planilha de Formação de Preços Não Desonerada (20398033, 20398043).

D.3. Razões da escolha da melhor solução (justificar técnica e economicamente o que o levou a escolher a solução)

Por se tratar de serviços, onde a execução deve cumprir as normas técnicas da ABNT e dos órgãos de fiscalização do trabalho, a solução escolhida, não abrindo margem para a inserção de outras alternativas.

D.4. Justificativas para o parcelamento ou não da solução

De acordo com o artigo 40 da Lei 14.133/2021, a aplicabilidade do princípio do parcelamento não é absoluta, dependendo da presença de vantajosidade econômica, conforme consignado nos parágrafos 2º e 3º do referido artigo.

No caso da contratação dos serviços comuns de engenharia visando a substituição dos elevadores, do ponto de vista técnico, é mais eficiente quando se possibilita a compatibilidade, padronização e uniformidade dos serviços a serem prestados. Além disso, segundo o inciso I do § 3º do artigo 40, o parcelamento não é obrigatório quando:

- I - a economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação recomendar a compra do item;
- II - o objeto a ser contratado configurar sistema único e integrado e houver a possibilidade de risco ao conjunto do objeto pretendido;
- III - o processo de padronização ou de escolha de marca levar a fornecedor exclusivo".

Diante do exposto, verifica-se que o parcelamento somente deve ser adotado se não houver prejuízo técnico ou econômico para o órgão que e presente contratação, a divisão impediria a centralização da responsabilidade de uma única empresa contratada, a qual esta equipe considera adequada para facilitar as suas causas e da atribuição de responsabilidade, de modo a aumentar o controle sobre a execução do objeto licitado. Ademais, a opção pelo **não parcelamento** é satisfatória do ponto de vista da eficiência técnica por manter a qualidade do serviço, posto que o gerenciamento permanece todo tempo a cargo de um único administrador, o que garante a harmonia no funcionamento do ambiente operacional, evitando-se incompatibilidades que possam ocorrer nos serviços.

Desta forma, a opção pelo **não parcelamento** do objeto, nos termos do art. 40, § 2º e 3º, da Lei nº 14.133/2021, neste caso, se mostra tecnicamente adequada, reduzindo o caráter competitivo da licitação, visando, tão somente, assegurar a gerência segura da contratação, e principalmente, assegurar, não só a mais ampla participação licitatória, mas também atingir a sua finalidade e efetividade, que é a de atender a contento as necessidades da Administração Pública.

Outrossim, a adjudicação pelo critério de **menor preço global** se justifica considerando que os serviços são similares, substituição integral dos 3 elevadores, sendo possível definir com clareza os aspectos qualitativos e quantitativos do objeto, possibilitando ao licitante formular sua proposta com precisão adequada. A única unidade administrativa, propiciando economia de escala ao à SJGO e contribuindo para o princípio da economicidade na Administração Pública, ao permitir orçar preços menores para a prestação dos serviços que serão realizados, sem restringir a competitividade.

Ademais, há melhor aproveitamento do mercado sem o parcelamento da solução e, consequentemente, menores valores quando realizada a contratação, conforme Súmula 247 do TCU:

"É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e locações, quando o objeto for complexo e de grande porte, e não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação licitatória, a capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, de acordo com a divisibilidade."

D.4.1. Aplicação de cotas a microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) (somente para bens de natureza divisível)

A aplicação de cotas não se aplica, uma vez que o objeto possui valor estimado superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadrar conforme disposto no artigo inciso II, §1º do artigo 4º da Lei 14.133.

E. Requisitos da solução escolhida

E.1. Requisitos qualitativos e quantitativos (e análise das contratações anteriores)

Análise de contratações anteriores:

Não há contratações anteriores para o objeto em questão.

Requisitos qualitativos:

A presente contratação encontra-se em consonância com o objetivo de adequar a estrutura para uma atuação institucional eficiente e segura, visto novos elevadores serão adequados aos padrões de eficiência energética praticados atualmente, serão mais rápidos e silenciosos, além de possuírem sistemas de paradas suaves, auferindo conforto aos usuários.

A CONTRATADA deverá selecionar e preparar rigorosamente os empregados que irão prestar os serviços, tendo as funções profissionais legalmente registradas em suas carteiras de trabalho. Estes empregados ficarão sob a inteira e exclusiva responsabilidade da CONTRATADA e serão designados para a execução dos serviços conforme previsto no instrumento convocatório. Tais empregados, de forma geral, deverão atender os seguintes requisitos:

- Ter qualificação e habilidades para o exercício das atividades que lhe forem confiadas;
- Ter princípios de urbanidade e apresentar-se sempre com uniforme completo, limpo e com crachá;
- Pertencer ao quadro de empregados da CONTRATADA.

A CONTRATADA deverá garantir o atendimento às boas práticas construtivas, normativas, legislações vigentes.

A empresa CONTRATADA deverá possuir capacidade técnica e experiência comprovadas nos serviços abrangidos pelo objeto da licitação.

Os serviços, objeto da pretensa contratação, não possuem natureza continuada e correspondem a serviços comuns de engenharia por possuírem padrão de desempenho e características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado, conforme a Declaração 17867990.

Requisitos quantitativos:

Os serviços terão duração estimada de 18 (dezoito) meses e custo estimado em **R\$ 1.271.378,11 (um milhão, duzentos e setenta e um mil, trezentos e oito reais e onze centavos)**, conforme detalhado na Planilha de Formação de Preços Não Desonerada (20398033, 20398043).

A execução do objeto consistirá na substituição integral dos 3 (três) elevadores Atlas, atualmente instalados no Edifício Sede da Seccional.

E.2. Critérios de sustentabilidade

Os itens pretendidos são sustentáveis? Indicar a resposta expressamente para cada item (SIM ou NÃO).

Em caso de resposta afirmativa para um ou mais itens: indicar os critérios de sustentabilidade adotados para cada item.

Em caso de resposta negativa para um ou mais itens: justificar o afastamento dos critérios de sustentabilidade para cada item.

A contratada deve observar os critérios de sustentabilidade, com base na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01 de 19 de janeiro 2010 e as disposições abaixo:

1. As peças e itens aplicados durante todo o contrato devem ser preferencialmente acondicionados em embalagens coletivas, com o menor volume possível, utilizando materiais reciclados ou reutilizados sem perder a garantia de um correto e seguro transporte, conforme ABNT NBR – 15448-2;
2. Os materiais e peças empregados não devem conter substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restrict Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PB) éteres difenil- polibromados (PBDEs);
3. No que couber a futura contratada deverá observar as disposições da NBR ISO 14064:2007, partes 1, 2 e 3, NBR ISO 14066:2012 e NBR15833:2010;
4. Todos os eventuais agentes para limpeza que sejam empregados deverão ser notificados ou registrados na ANVISA, conforme determina a legislação vigente;
5. A utilização dos equipamentos de limpeza que gerem ruídos em seu funcionamento deve atender necessariamente a Resolução CONAMA nº 7 de dezembro de 1994;
6. Plano de descarte ou reciclagem de demais restos de materiais oriundos de manutenções preventivas e corretivas, em observância ao decreto nº 5.940/2006 e a da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995, Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999, Resolução CONAMA nº 1 de 05 de Julho de 2002, no que couber.

Devem ser verificadas também as seguintes práticas de sustentabilidade:

1. A contratada deverá obedecer às normas técnicas, de saúde, de higiene e de segurança do trabalho editadas pelo Ministério do Trabalho;
2. A futura contratada deve promover, sempre que possível, curso de educação, formação, aconselhamento, prevenção e controle de risco aos trabalhadores, bem como sobre práticas socioambientais para economia de energia, de água e redução de geração de resíduos sólidos no ambiente onde se prestará o serviço;
3. Não será contratada empresa inscrita no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo instituído pelo Ministério do Trabalho e Emprego, conforme Portaria nº 540, de 15 de outubro de 2004.

A contratada deverá, ainda, atender aos dispositivos: Decreto Federal nº 7.746/2012, Instrução Normativa-IN nº 01/2010, do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão-MPOG, Resolução do Conselho Nacional de Justiça-CNJ nº 400/2021, a Resolução Presi 10/2021 - que dispõe sobre o Plano de Logística Sustentável da Justiça Federal da 1ª Região, o Manual de Sustentabilidade nas Compras e Contratos do Conselho da Justiça Federal-CJF e supracitado Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da AGU.

E.3. Critérios de acessibilidade

Os equipamentos instalados deverão atender às Leis e Normas de acessibilidade vigentes, tais como:

- NBR 9050/2020 – Acessibilidade a Edificações, Mobiliário, Espaços e Equipamentos Urbanos;
- LEI No 10.098, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2000 - Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências;

E.4. Demonstração de que o mercado atende aos requisitos mínimos

Itens	Requisitos mínimos	- Fabricante 1 - Modelo - Critérios de sustentabilidade e/ou acessibilidade - Fontes de consulta (link SEI)	- Fabricante 2 - Modelo - Critérios de sustentabilidade e/ou acessibilidade - Fontes de consulta (link SEI)	- Fabricante... - Modelo - Critérios de sustentabilidade e/ou acessibilidade - Fontes de consulta (link SEI)	Justificativa Caso alguma especificação (requisitos mínimos) não seja mantida, ainda que não atendida por pelo menos um dos fabricantes listados.

Os serviços aqui descritos não envolvem criação, inovação ou conjugação de requisitos técnicos especiais, desconhecidos pelo mercado. Por outro lado, o mercado domina a solução pretendida, sendo que o objeto é ofertado por muitas empresas e comparáveis entre si com facilidade, sendo que os requisitos mínimos para os equipamentos a serem instalados e os serviços a serem executados estão definidos no Projeto Executivo 20138285.

F. Descrição da solução como um todo

F.1. Resultados pretendidos com a solução escolhida

Os equipamentos funcionam de segunda a sexta-feira, durante, aproximadamente, 12 horas diárias. No prédio trabalham uma quantidade expressiva de servidores diariamente, afora trabalhadores da vigilância, limpeza, manutenções, etc. O seu perfeito funcionamento é, portanto, indispensável.

Com a substituição dos 3 (três) elevadores, espera-se que seja mantido em perfeito funcionamento o sistema de transporte vertical do Edifício Sede JFGO, garantindo que as instalações se mantenham na mais perfeita segurança e permita a comodidade dos magistrados, jurisdicionados, servidores e demais colaboradores, de modo a não colocar em risco a segurança dos diversos usuários, o que permitirá alcançar um critério de economicidade de recursos a serem utilizados.

A contratação deste serviço trará como resultados os seguintes benefícios:

- Economia: redução no consumo de energia, menor índice de intervenção corretiva e diagnóstico de ocorrências mais rápido e eficaz;
- Disponibilidade: maior disponibilidade de uso dos elevadores;
- Melhoria de Desempenho - eliminação de ruídos e vibrações; tráfego mais rápido e ágil, assegurando melhor desempenho no transporte de passageiros, inclusive para pessoas portadoras de deficiência;
- Conforto: viagens suaves, com aceleração e desaceleração discretas;
- Segurança: aumento de segurança devido à inexistência de peças e componentes desgastadas pelo tempo de uso;
- Preservação do Patrimônio Público: atualização estética e tecnológica.

A Administração Pública Federal, baseada em modernos princípios da administração, vem pautando a aplicação de seus recursos na busca da obtenção do melhor resultado com o menor dispêndio possível. Nesta esteira, a edição do Decreto nº 9.507/2018 e da Portaria nº 443/2018 possibilitou às Unidades Administrativas a contratação, de forma indireta, de diversas atividades, dentre as quais situa-se a que é objeto do presente Estudo Técnico Preliminar. O exercício da atividade de prestação de serviços na Administração Pública, de forma geral, há vários anos vem sendo feito por empresas contratadas, visto a complexidade e especializações exigidas.

A prestação dos serviços será controlada pela FISCALIZAÇÃO do contrato, designado legalmente pela JFGO, que será o responsável pelo acompanhamento da execução do contrato, procedendo ao registro das ocorrências diárias, adotando as providências necessárias ao seu fiel cumprimento, tendo como parâmetro os resultados pretendidos quando da contratação pretendida.

F.2. Contratações correlatas e/ou interdependentes

Não se aplica à ação em tela.

F.3. Adequações do ambiente do órgão impostas pela solução escolhida

Não será necessário elaborar cronograma para adequar o ambiente do órgão aos trabalhos da CONTRATADA, pois a mesma concentrará seus serviços na casa de máquina e na caixa de corrida dos elevadores, o que impactará minimamente no funcionamento normal da SJGO. Entretanto, para a correta execução dos serviços, será necessário:

- Informar aos servidores sobre a indisponibilidade temporária de cada elevador;
- Isolar as áreas durante a execução dos serviços;
- Informar, por meio de placas de sinalização, acerca do risco de queda de materiais;
- Proibir o acesso de pessoas não autorizadas nos locais;
- Informar aos magistrados, servidores, jurisdicionados e prestadores sobre a incidência de ruídos.

F.4. Descrição integral da solução

F.4.1. Introdução

As presentes especificações presentes neste Estudo Técnico e seus Anexos tem por objetivo estabelecer procedimentos, normas e critérios para a substituição de 03 (três) elevadores do Edifício Sede da Justiça Federal em Goiânia-GO. Tem-se por objetivo a contratação de empresa para realização da desmontagem total dos elevadores atuais (marca Atlas Villares), fornecimento e instalação de 03 (três) novos elevadores, incluindo o fornecimento de todos os materiais necessários à execução de todos os serviços complementares, tais como adequações na parte civil, em instalações elétricas, substituição dos quadros de comando, pintura, entre outros que se fizerem necessárias.

F.4.2. Disposições Gerais

Para efeito das presentes especificações, o termo CONTRATADA define o proponente vencedor do certame licitatório, a quem será adjudicado o objeto da licitação, e o termo FISCALIZAÇÃO define a equipe que representará o Juízo Federal de Goiás - JFGO perante a CONTRATADA e a quem este último deverá reportar.

Os materiais a serem empregados e os serviços a serem executados deverão obedecer rigorosamente:

- Às normas e especificações constantes deste caderno;
- Às normas da ABNT, em especial, a NBR-16858: 1/2, NBR 5410, NBR-5666-TB-6 e NBR13994;
- Às disposições legais da União e do Governo do Estado de Goiás;
- Às regulamentações das empresas concessionárias;
- Às prescrições e recomendações dos fabricantes;
- Às normas internacionais consagradas, na falta das normas da ABNT.

A assinatura do contrato implica aceitação plena e completa das presentes especificações. A CONTRATADA, ao aceitá-las, assumirá a úr irrecusável responsabilidade pelo correto e completo cumprimento de seus preceitos, salvo se sobrevier causa de inexecutabilidade parcial ou total, hipótese em FISCALIZAÇÃO decidirá sobre a proposta de alteração a ser apresentada pela CONTRATADA.

As possíveis inconsistências, falhas ou incorreções das especificações deverão ser alegadas no momento oportuno, não podendo constituir pretexto a CONTRATADA cobrar serviços extras e/ou alterar a composição de preços.

As **licitantes** deverão consultar as especificações e executar todos os levantamentos pertinentes ao desenvolvimento de seus trabalhos, computan valor global de sua proposta todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita e completa consecução dos serviços, objeto desta Licitação. Eventuais omissão parte da CONTRATADA, não poderão ser alegadas com a finalidade de elevar preços constantes da proposta.

A FISCALIZAÇÃO não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de qualquer responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, fabricantes, técnicos, subempreiteiros, etc.

Todos os materiais e peças a serem empregados nos serviços deverão ser novos, comprovadamente de primeira qualidade, e estar de acordo c especificações.

Materiais inflamáveis só poderão ser depositados em áreas autorizadas pela FISCALIZAÇÃO, devendo a CONTRATADA providenciar para estas os dispositivos de proteção contra incêndios determinados pelos órgãos competentes.

No caso em que a CONTRATADA venha, como resultado das suas operações, danificar áreas públicas ou de terceiros, ela as deverá rect deixando-as em conformidade com o seu estado original.

As normas de segurança constantes destas especificações **não desobrigam** a CONTRATADA do cumprimento de outras disposições legais, federa Estado de Goiás pertinentes, sendo de sua inteira responsabilidade os processos, as ações ou as reclamações movidos por pessoas físicas ou jurídicas em decorrê negligência nas precauções exigidas no trabalho ou da utilização de materiais, peças e equipamentos inaceitáveis na execução dos serviços.

A equipe técnica da CONTRATADA deverá contar com profissionais especializados e devidamente habilitados para desenvolverem as div atividades necessárias à execução dos serviços.

A qualquer tempo, a FISCALIZAÇÃO poderá solicitar a substituição de qualquer membro da equipe técnica da CONTRATADA, **ou de subempreiteiros**, desde que entenda que seja benéfico ao desenvolvimento dos trabalhos.

Os representantes da FISCALIZAÇÃO e toda pessoa autorizada pela mesma terão livre acesso a todos os locais onde estejam sendo realizados trab estocados e/ou fabricados materiais, peças e equipamentos relativos aos serviços, ainda que nas dependências da CONTRATADA.

A CONTRATADA interromperá total ou parcialmente a execução dos trabalhos sempre que:

- For necessário para execução correta e fiel dos trabalhos, nos termos do contrato e de acordo com o as presentes especificações;
- Houver alguma falta cometida pela CONTRATADA, desde que esta, a juízo da FISCALIZAÇÃO, possa comprometer a qualidade dos trat subsequentes; e
- A FISCALIZAÇÃO assim determinar ou autorizar formalmente por escrito.

F.4.2.1. Serviços Iniciais

O registro no CREA é de responsabilidade da CONTRATADA, assim como, as respectivas taxas. Antes do início da prestação dos servi CONTRATADA deverá apresentar a ART dos serviços.

CONTRATADA deverá registrar no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia a devida Anotação de Responsabilidade Técnica pelos se objeto da licitação, em nome de engenheiro devidamente qualificado para esse fim, pertencente ao seu quadro técnico permanente. Esse profissional deverá ser o in a CONTRATADA em sua proposta, por ocasião da licitação.

F.4.2.2. Local

Os serviços serão executados na Rua 19, nº 244, Centro, Goiânia/GO.

F.4.3. Descrição dos Serviços

F.4.3.1. Serviços de Remoção dos Elevadores Existentes e Instalação dos Elevadores Novos

a) A CONTRATADA deverá realizar a desmontagem e remoção de todas as peças/componentes dos elevadores existentes (denominados "C", "D" e tais como: quadros de comando, polias, cabos, motores, guias, painéis de cabina e demais elementos necessários para adequação das instalações.

b) Todos os custos com armazenagem, entulho, transporte e remanejamento da sucata ficarão a cargo da CONTRATADA, cujo prazo para desfazir do material retirado será de 10 (dez) dias corridos a contar do término do serviço de desmontagem.

c) A CONTRATADA deverá executar os serviços de acordo com os Desenhos Técnicos (17299681), Projeto Executivo/Memorial Descritivo (2013} Planilhas Orçamentárias (20398033, 20398043) e Cronograma Físico-Financeiro (20402290).

d) Os serviços de instalação deverão ser executados somente após a aprovação, por parte da FISCALIZAÇÃO, das especificações dos equipame serem fornecidos.

e) Quaisquer falhas no projeto que se verifiquem durante ou após a sua execução serão de responsabilidade da CONTRATADA, que deverá arcar c custos para reparar as incorreções.

f) A execução das obras civis necessárias à instalação dos equipamentos constitui responsabilidade exclusiva da CONTRATADA. Assim, deve for inclusive durante a instalação, a mão de obra e material adequados a todos os serviços dentro dos prazos de execução dos serviços, sendo que os novos elevadores de ser instalados considerando as limitações do edifício.

g) A CONTRATADA deverá emitir Anotações de Responsabilidade Técnica sobre o serviço;

h) Todos os serviços executados pela CONTRATADA deverão estar em total conformidade com as normas da ABNT, do CREA-GO e de demais é de fiscalização competentes, incluindo consonância com aspectos legais, técnicos, econômicos e ambientais;

i) A CONTRATADA deverá reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pela FISCALIZAÇÃO os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

j) A CONTRATADA deve responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a CONTRATANTE autorizada a descontar dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos;

k) A CONTRATADA deverá utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e legislações em vigor;

l) A CONTRATADA deverá comunicar à FISCALIZAÇÃO, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que verifique no local dos serviços;

m) A CONTRATADA deverá paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

n) A CONTRATADA deverá submeter previamente, por escrito, à CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações deste Termo de Referência;

o) A CONTRATADA deve apresentar à CONTRATANTE, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço;

p) A CONTRATADA deve elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à FISCALIZAÇÃO e situação das atividades em relação ao cronograma previsto;

q) O recebimento da Ordem de Serviço implica a concordância com a adequação de todos os projetos anexos ao Termo de Referência.

F.4.4. Pagamento

Os pagamentos serão correspondentes às fases do Cronograma Físico-Financeiro, sendo cada fase representativa de 01 (um) mês, conforme medida realizada, que será feita dentro dos limites do desembolso apontado no referido Cronograma aprovado.

O pagamento da última parcela de execução prevista no Cronograma Físico-Financeiro ficará condicionado ao término da instalação dos equipamentos e sua respectiva aceitação por parte da CONTRATANTE, através do Termo de Recebimento Definitivo.

F.4.5. Recebimento

A CONTRATADA deve elaborar e submeter à aprovação da FISCALIZAÇÃO o Manual de Comissionamento, contendo o roteiro/cronograma detalhado das atividades para atender ao recebimento dos equipamentos em até 15 (quinze) dias corridos antes da data prevista para a realização do comissionamento, conforme indicado no Projeto Executivo 20138285.

F.4.5.1. Recebimento Provisório

Os serviços serão recebidos provisoriamente, mediante termo detalhado e apresentação de ART, no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da apresentação de relatório técnico referente à execução.

A FISCALIZAÇÃO realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados por profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços, constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que fizerem necessários.

Em caso de rejeição, a CONTRATADA deverá sanar a irregularidade, às suas custas, sem prejuízo da aplicação de penalidades cabíveis.

A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à FISCALIZAÇÃO não atestar a última medição de serviço que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

A CONTRATADA será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não exonerará nem reduzirá essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pela Administração.

F.4.5.2. Recebimento Definitivo

Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, sendo que o recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

F.4.6. Garantia

A contratada deverá oferecer garantia mínima de 12 (doze) meses, a contar do recebimento definitivo dos serviços após o recebimento de todo o sistema operacional. A garantia mínima exigida deverá prevalecer sobre as condições estabelecidas pelas fabricantes do material ou que venham a reduzir a prevalência da supremacia do interesse público sobre o particular, devendo a fornecedora responsabilizar-se integralmente pelos produtos ofertados.

Obrigações da empresa contratada durante o prazo de garantia (ASSISTÊNCIA TÉCNICA):

- Durante o prazo de garantia (ASSISTÊNCIA TÉCNICA), 12 (doze) MESES, a empresa contratada é obrigada a fazer, imediatamente às suas custas, as substituições de materiais ou equipamentos e a executar todos os trabalhos de reparação que sejam indispensáveis para assegurar a perfeição e o uso normal dos serviços nas condições previstas, sem ônus para a Seção Judiciária de Goiás;
- Os períodos de garantia serão sempre suspensos, a partir da constatação de defeito pela Seção Judiciária de Goiás até a efetiva correção mesmo pela CONTRATADA. Na hipótese de substituições de peças, componentes e equipamentos, um novo período de garantia será iniciado somente para o item substituído ou equipamento novo;
- A garantia prestada deverá cobrir quaisquer defeitos provenientes de erros ou omissões da CONTRATADA, em especial, decorrentes de erro de concepção de projeto, de matéria prima, de fabricação, de montagem e de coordenação técnica e administrativa. Esta garantia não exclui, todavia, danos ou defeitos resultantes de desgaste natural, do uso normal dos equipamentos, de carga excessiva e de outras razões fora do controle da CONTRATADA e dos limites do equipamento.

F.4.7. Critério de Julgamento

Um cotejo literal dos dispositivos mencionados na Lei 14.133/2021, especialmente em seus artigos 6º, 17º e 29º leva à conclusão de que o p eletrônico é aplicável aos serviços comuns de engenharia. Não obstante, o inciso XLI, artigo 6º, da referida Lei, o pregão é a modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns de engenharia, cujos critérios de julgamento poderá ser o de **menor preço** ou de maior desconto.

Ademais, para o objeto tratado neste Estudo Técnico Preliminar - ETP, não há ponderação de qualidade técnica das propostas que excedam os requisitos mínimos, de forma que o critério de julgamento será pelo **menor preço**, tendo em vista que tal critério busca a agilidade nos serviços de fiscalização e instalação/execução do objeto. Além disso, através deste critério entende-se que será possível verificar o menor preço do mercado para a contratação almejada pela Administração.

F.4.8. Qualificação Técnico-Operacional

Para fins de de qualificação técnico-operacional, deverão ser apresentados:

- Registro ou inscrição da empresa junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, comprovando exercer atividade semelhante ao objeto. Caso a licitante tenha sede em outro Estado, deverá possuir visto do Conselho de Classe local quando da assinatura do contrato;
- Atestado de Capacidade Técnico-Profissional fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico - CAT, com dados e informações suficientes para comprovar que o(s) profissional(is) de nível superior devidamente registrado(s) no CREA, o(s) qual(is) será(ão) o(s) responsável(is) técnico(s) pelos serviços, tenha(m) executado a substituição e instalação de elevadores integrados duplex, com velocidade de operação igual ou superior a 1,5m/s;
- Atestado de Capacidade Técnico-Operacional fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, com dados e informações suficientes para comprovar que a empresa executou a instalação de pelo menos 01 (um) elevador elétrico de passageiros com pelo menos 12 (doze) paradas, em edificação comercial ou pública;
- Justifica-se exigência dos atestados solicitados nos itens anteriores em razão de a instalação de elevadores exigir bom nível técnico e atendimento às normas existentes e conhecimento especializado. Ademais, a atividade de substituição e instalação de elevadores integrados duplex corresponde à parcela de maior valor significativo.
 - A exigência de até 50% da quantidade de equipamentos que se pretende contratar é devida à complexidade do objeto, tendo em vista as características do edifício, das instalações existentes. Além disso, encontra amparo legal no artigo 67, § 2º, da Lei n.º 14.133/2021 e no [ACÓRDÃO N. 2924/2019 - TCU - PLENÁRIO](#).
- O responsável técnico apresentado pela CONTRATADA deverá ter vínculo profissional com a empresa:
 - Para fins deste Termo, o vínculo do profissional pode ser demonstrado da seguinte maneira:
 - sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social;
 - administrador ou o diretor;
 - empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social;
 - profissional com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura.

F.4.9. Qualificação Técnico-Profissional

Para fins de qualificação técnico-profissional, deverão ser apresentados:

- Comprovante(s) de registro do(s) profissional(is) no conselho competente, demonstrando que é detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviços de características semelhantes, para fins de contratação, conforme consignado no inciso I do artigo 1º da Lei n.º 14.133/2021.

F.4.10. Subcontratação

É permitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:

- Serviços de adequação civil e serviços complementares, que corresponde a 1,29% do valor total do objeto;
- A subcontratação depende de autorização prévia do CONTRATANTE, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução da parte do objeto a ser subcontratado, mediante comprovação de aptidão técnica por atestados técnicos, emitidos em nome da subcontratada, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que sejam pertinentes e compatíveis, com a parte do objeto a ser subcontratado (Acórdão nº 1.229/2008 – Plenário do TCU). A avaliação de qualificação técnica dará de acordo com o caso concreto, em havendo a subcontratação durante a execução contratual;
- Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante o CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação;
- Qualquer subcontratação deverá estar acompanhada dos respectivos documentos de obrigações trabalhistas não deixando de apresentar quaisquer documentos trabalhistas inerentes à execução dos serviços tais como: licenças, NR35, etc. da empresa CONTRATADA durante a execução do objeto este projeto.

G. Declaração de viabilidade

Com base nos elementos apresentados neste Estudo Técnico e nos Projetos (17299681 e 20138285), restou demonstrada a existência de solução viável no mercado que atende aos requisitos especificados, bem como a existência de empresas aptas a executar os serviços, dadas as propostas apresentadas. Além disso, os equipamentos a serem instalados atenderão às normas de segurança, acessibilidade e eficiência energética vigentes.

A presente contratação encontra-se alinhada às diretrizes e metas institucionais no sentido de manter as edificações da SJGO em bom estado de conservação e seus sistemas prediais em perfeito funcionamento com o menor custo possível. Atende também ao Programa de Manutenção de Bens Imóveis e condições de funcionamento das instituições, como forma de assegurar o direcionamento dos gastos para atendimento das necessidades prioritárias e essenciais.

Ainda, a necessidade de substituição dos elevadores do Edifício Sede está em consonância com o [Plano Estratégico da Justiça Federal - 2021/2025](#) associando-se aos macro desafios "Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária" e "Aperfeiçoamento da gestão orçamentária e financeira".

Entretanto, a contratação pretendida não se trata apenas de seguir orientação legal e de conservar o bem público, mas, principalmente, de realizar de maneira econômica e transparente, de forma que proporcione à SJGO a execução das melhores práticas de gestão de ativos.

Portanto, diante do exposto, percebe-se imprescindibilidade dos serviços objeto desta contratação e constata-se a sua **VIABILIDADE** nos termos estabelecidos nos Projetos e neste Estudo Técnico Preliminar.

H. Nome e assinatura dos responsáveis pela elaboração e pela revisão, supervisão e controle de qualidade do ETP

Responsável pela elaboração: *(servidor da unidade requisitante)*

Responsável pela revisão, supervisão e controle de qualidade: *(diretor)*



Documento assinado eletronicamente por **Nagella Mendes de Queiroz, Auxiliar Judiciário**, em 26/04/2024, às 15:05 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Soraya Maria Leal Yoshioka, Supervisor(a) de Seção**, em 26/04/2024, às 15:44 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.trf1.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **20440306** e o código CRC **B9BFFBFA**.